



François Furet: O Historiador do Século XX

Se fosse verdade, como A. J. P. Taylor sugeriu algures, que cada época tem os historiadores que merece, então teríamos de chegar à difícil conclusão de que a França do pós-guerra se portou muito bem para merecer um historiador como François Furet.

Neste ano de 2007 passa uma década sobre a morte de Furet. Depois de apresentar Portugal com uma magnífica palestra — no âmbito do ciclo de conferências “A Invenção Democrática” que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian —, dedicada ao tema da grande ilusão que foi a terrível patologia comunista, e já com seminário marcado no Instituto de Estudos Políticos para o ano lectivo que

se avizinhava, Furet morreria em resultado de um absurdo acidente desportivo. O absurdo da sua morte contrasta com a extraordinária riqueza da sua vida intelectual. Recordar e homenagear a obra de Furet é, portanto, um acto de elementar justiça e de refrescante aprendizagem. A publicação de *Penser le XXe Siècle* corporiza, pois, o imperativo a que se sujeitam todos os que aprenderam com o grande historiador da Revolução francesa.

Penser le XXe Siècle, para além de reeditar o monumental *O Passado de uma Ilusão* (traduzido para português em 1996, pela Presença), a sua última grande obra, contém ainda numerosos artigos de Furet que se encontravam dispersos em publicações como *France Observateur*, *Nouvel Observateur*, *Le Débat* e *Commentaire*, além da admirável correspondência que entre 1996 e 1997 manteve com o historiador alemão Ernst Nolte a propósito do fascismo e do comunismo. O volume é ainda enriquecido com um notável prefácio de Pierre Hassner.

Hassner expõe com argúcia a essência da obra de Furet quando diz que o seu tema “não é tanto a Revolução francesa e a Revolução soviética, mas antes a sedução que exerceram, e sobretudo a continuação dessa sedução após os seus respectivos reveses”, revelando, nas palavras de Furet, a “impermeabilidade dos homens à experiência histórica” e a tendência dos mesmos de “remendar as suas crenças para conservar as suas ilusões”. E quando Furet se referia aos homens, referia-se principalmente aos que, neste domínio, maiores responsabilidades tinham, os intelectuais. A história das ilusões alimentadas pelas duas Revoluções é a história das ilusões dos intelectuais. E a obra de Furet como um todo pode ser entendida como um trabalho de dismantelamento das várias mitologias políticas que tiveram uma influência tão devastadora sobre o percurso histórico da humanidade nos últimos 200 anos.

A valia de Furet enquanto historiador não se deve apenas à riqueza da sua erudição, nem à coragem e honestidade com que desafiou pressupostos ideológicos e metodologias suspeitas, como os vários determinismos, historicismos e estruturalismos, em que o final do século XIX e o século XX foram tão pródigos, em particular na sua França natal. Furet coloca a dimensão intelectual da história no centro da interpretação do passado, continuando aquilo que no século XIX Thomas Macaulay chamava “história filosófica”. Em parte, a grandeza de algumas das maiores obras do século XX revela-se na conjugação do historiador com o filósofo e do filósofo com o historiador. O historiador que ignorou o ângulo intelectual do período ou do problema que estudou terá dificuldades em ser lido para lá do seu século. Não será certamente o caso de Furet.

Como o título da obra indica, em *Penser le XXe Siècle* o leitor não encontrará o Furet historiador da Revolução francesa, mas o Furet historiador do século XX. Dizer isto é ainda dizer pouco, pois os textos de Furet revelam um pensador da experiência contemporânea, não só da ressaca do comunismo, mas também do fascismo e do pangermanismo, da situação política francesa na segunda metade do século XX, da Europa, dos Estados Unidos, de Israel, e, como não poderia deixar de ser, da condição do

regime democrático liberal, tanto dos seus triunfos, como das suas fraquezas.

As páginas de *O Passado de uma Ilusão* dão testemunho de uma combinação perfeita do estilo com a substância, de um vigor e de uma densidade que raramente foram ultrapassados na discussão sobre o ponto que uniu fascismo e comunismo. Sem que isso implique ignorar ou desvalorizar as ideias e propósitos que as opunham, este ponto comum descobre-se pelo exame das duas ideologias totalitárias do século XX enquanto promessas de redenção, isto é, enquanto reflexo da esperança de destruição e superação do horizonte da democracia liberal, esperança essa que tanta gente encantou. Dito de uma maneira abrupta, o ponto de união do fascismo e do comunismo consistiu no seu inimigo comum. O denominador comum do fascismo e do comunismo foi muito simplesmente o ódio ao burguês.

A diabolização da criatura mais fiel do liberalismo moderno autorizou o contacto e a colaboração entre “castanhos” e “vermelhos” para destruir o que restava do liberalismo “burguês” do século XIX, que, diga-se, acorreu inexplicavelmente ao seu próprio suicídio nas trincheiras da Flandres. Para o nacional-socialismo, como para o bolchevismo, o burguês encarnava a negação do estádio histórico que, respectivamente, entregaria o homem a si mesmo enquanto ser trágico-heróico, ou enquanto ser emancipado da opressão económica e social.

O burguês era, para uns e outros, a corrupção, a cობardia, a degradação, o calculismo, o individualismo, a hipocrisia, o materialismo cínico, o utilitarismo, o mercado, a perversidade, a opressão camuflada; era, em suma, o crime contra a humanidade. Se Rousseau e Marx tiveram aqui óbvias responsabilidades, não é menos certo que coube a Hitler e a Lenine (e a Mussolini) declarar o burguês como o culpado impenitente por todos os males da condição humana, e alicerçar o Estado nesse veredicto. Não é por acaso que, na propaganda anti-semita do nacional-socialismo alemão, a figura do judeu

A obra de Furet como um todo pode ser entendida como um trabalho de dismantelamento das várias mitologias políticas que tiveram uma influência tão devastadora sobre o percurso histórico da humanidade nos últimos 200 anos.

reproduza, em traços gerais, todas as características do burguês opressor denunciado pelos bolcheviques. O barrigudo, de cartola e charuto fumegante, que sorri jocosamente enquanto os infelizes esfaimados lutam pela sobrevivência, era uma imagem tão frequente na propaganda alemã como na russa. Mas não só a imagem; também o vocabulário. A julgar pela abundância das referências, Hitler, Lenine e Estaline estavam enamorados das palavras “sanguessuga” e “parasita”.

Neste sentido, o infame pacto Ribbentrop-Molotov não foi uma idiossincrasia de dois tiranos dementes, mas o corolário diplomático da comunidade de interesses, pelo menos no que dizia respeito ao inimigo a abater. Na primeira metade do século XX, Alemanha e URSS olhavam para o Ocidente com hostilidade, pois era aí que vivia o seu inimigo: na Inglaterra do “espírito do comércio” e da fidelidade à *gentlemanship*, na França da “abstracção dos direitos do homem” de 1789, na América, essa espécie de fusão descharacterizada de uma coisa e de outra.

É costume dizer que tanto o fascismo, como o comunismo, são filhos da civilização Ocidental, proposição que é, à primeira vista, irrefutável. Mas é preciso acrescentar que são filhos renegados, obcecados com a destruição da sua mãe e retirando o seu alimento desse ódio. Com Hermann Rauschning ficámos a saber que Hitler dizia abertamente que dirigia uma horda de “bárbaros”, mas o trabalho do Comintern leninista rumo à revolução mundial também pode ser entendido como a preparação de novas invasões bárbaras.

Como Furet demonstra, o apelo antifascista, em particular após a invasão alemã da URSS, pode ter dado um novo fôlego ao comunismo estalinista moribundo, mas não ilude esta comunhão originária.

O comunismo e o fascismo foram igualmente marcados pela apologia da insurreição revolucionária e da transformação revolucionária da sociedade. Eram am-

bos, portanto, movimentos revolucionários. No entanto, a revolução não se limitava a desempenhar um papel meramente instrumental, como uma ferramenta necessária para adquirir o poder. O ideal da acção colectiva revolucionária exprimia também o anseio pelo lado lírico da política; para comunistas, fascistas e nacional-socialistas, a expressão poética da política resumia-se numa palavra, “revolução”, entendida como uma guerra de extermínio do inimigo político e existencial. Na mentalidade revolucionária, o aspecto essencialmente prosaico da democracia liberal não passava de uma confissão implícita de resignação histórica, de aridez moral

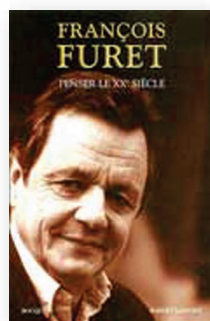
ou, na versão mais cínica, de pura má-fé. O constitucionalismo parlamentar aparecia como a forma institucional da visão rasteira da política que era preciso aniquilar.

Porém, a revolução não terminava na destruição das instituições do “antigo regime” ou da democracia constitucional. A revolução não tinha prazo marcado porque, mesmo abatidas as instituições políticas formais, era necessário descer à sociedade e revolucionar as suas instituições informais, criar novas lealdades, novos compromissos morais, compor uma nova educação, edificar novos deuses. Na medida em que ambos os movimentos encenavam na vida social e privada uma luta contínua contra as inclinações do

“homem velho”, a revolução não podia parar.

Os regimes ossificados nas suas estruturas políticas cimeiras, sobretudo ao nível da liderança, assumiram a perpetuidade da revolução. Converteram-se em *regimes revolucionários*. Neste projecto, e no aliciamento para esta prática, estava implícito um convite de ordem moral e até estética, que trazia consigo uma transfiguração ética e estética da violência. O que não quer dizer que a propaganda, isto é, a forma pública de divulgação desse convite, conseguisse disfarçar o facto de os ditos “métodos revolucionários” pertencerem, por natureza e afinidade, ao mais puro gangsterismo. A acção revolucionária, e até a guerra, seduziram as almas com uma promessa poética e libertadora, atacando aquilo a que Furet chama “o défice cívico da democracia” ou a “solidão do homem privado”. A acção revolucionária e a guerra nacionalista prometiam integrar os indivíduos numa narrativa histórica colectiva, que se desenrolava na direcção de fins gloriosos e que escondiam mil horrores.

Há não muito tempo, Philippe Raynaud num artigo de homenagem a Furet chamou-lhe o “historiador da liberdade”. Não me pronuncio sobre o acerto do epíteto, mas por essa Europa fora há muita gente especialista na invocação da liberdade que não esconde o ressentimento que a obra de Furet lhe provoca. Há muita gente que não consegue perdoar quem desfaz um sonho ou uma ilusão.



Penser le XXe siècle
François Furet

Paris: Robert Laffont,
2007, 1130 pp.

Os textos de Furet revelam um pensador da experiência contemporânea, não só da ressaca do comunismo, mas também do fascismo e do pangermanismo, da situação política francesa na segunda metade do século XX, da Europa, dos Estados Unidos, de Israel.